



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA DO
TRABALHO DE CAMPINA GRANDE**

Equipe de Correição: Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque (Juíza Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Aryoswaldo José Brito Espínola, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Ozanete Gondim Guedes Pereira, Silvana Marsicano Franca e Vinicius Gomes Mota.

Jurisdição	Alagoa Nova, Alcantil, Algodão de Jandaíra, Amparo, Arara, Areial, Aroeiras, Baraúna, Barra de Santa Rosa, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boa Vista, Boqueirão, Cabaceiras, Camalaú, Campina Grande, Caraúbas, Caturité, Congo, Coxixola, Cubati, Cuité, Damião, Esperanca, Fagundes, Frei Martinho, Gado Bravo, Gurjão, Ingá, Itatuba, Juarez Távora, Juazeirinho, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Mogeiro, Montadas, Monteiro, Natuba, Nova Floresta, Nova Palmeira, Olivedos, Ouro Velho, Parari, Pedra Lavrada, Picuí, Pocinhos, Prata, Puxinanã, Queimadas, Remígio, Riachão do Bacamarte, Riacho de Santo Antônio, Santa Cecília, Santo André, São Domingos do Cariri, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião de Lagoa de Roca, Sao Sebastiao do Umbuzeiro, São Vicente do Serido, Serra Branca, Serra Redonda, Soledade, Sossego, Sumé, Umbuzeiro, Zabelê
Normativo de criação	Lei nº 3.492, de 18/12/1958
Data de instalação	10/9/1960
Data da última correição	4 de agosto de 2023
Período de correicionado	1º/7/2023 a 30/6/2024



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Aos 17 de julho de 2024, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **HERMINEGILDA LEITE MACHADO**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 1ª Vara do Trabalho de Campina Grande, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 016/2024, publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada da Juíza Auxiliar da Corregedoria, Larissa Leônia Bezerra de Andrade Albuquerque, da Secretária da Corregedoria, Ozanete Gondim Guedes Pereira e pelos servidores Aryoswaldo José Brito Espínola e Vinicius Gomes Mota foram recebidos pelo Juiz titular, David Servio Coqueiro dos Santos, pelo Diretor de Secretaria, Raul Cavalcante Silva e demais servidores lotados na Unidade Judiciária.

Registre-se a ausência justificada da juíza substituta fixa, Rafaela Queiroz de Sá e Benevides, que se encontra em gozo de férias regulamentares no período de 15 de julho a 03 de agosto de 2024.

Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/7/2023 a 30/6/2024 (12 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
David Servio Coqueiro dos Santos	14/12/2022 - Ato TRT SGP nº169/2022

1.1.2 Magistrada substituta fixa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Juíza Substituta Fixa	Fixação na Unidade
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	23/10/2023 Ato TRT SGP nº169/2022

A Corregedoria Regional registra que o então Juiz substituto, Fernando Luiz Duarte Barbosa, atuou na Vara correicionada no período de 9 de agosto de 2022 a 22 de outubro de 2023, momento em que foi designado para a 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em conformidade com o Ato TRT SCR Nº 123/2023.

1.2 Assiduidade dos magistrados

Não foram registrados casos de inassiduidade na Corregedoria, tampouco foram recebidas manifestações na Ouvidoria, tanto em relação ao juiz titular quanto à Juíza substituta fixa e aos magistrados que estiveram atuando na Vara durante o período correcional.

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 1ª Vara do Trabalho de Campina Grande conta, atualmente, com **14** servidores:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Anderson Mendonca da Costa Brito	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	18/2/2013
Cleonice Barbosa Farias de Souza	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	16/11/2023
Erli Bandeira de Sousa	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	11/1/2023
Flávio José Torres Loiola	Técnico Judiciário – Assistente III	28/4/1993
Flavio Vilas Boas Monte	Técnico Judiciário – Secretário de Audiencia	5/12/2016
Francisco Mendonca Neto	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	26/1/1992
Germana Coutinho Lucena	Técnico Judiciário – Assistente III	21/6/2023
Grace Kelly da Mota Bezerra	Técnico Judiciário	6/10/2014
Jose Flavio Nobre da Silva	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	18/9/2001
Maria das Neves Honorato Ferreira	Técnico Judiciário – Calculista	22/6/2001
Marleide Rodrigues de Souza	Técnico Judiciário – Calculista	4/11/1991
Raul Cavalcante Silva	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	21/12/2022
Santaci Teixeira Barbosa	Técnico Judiciário – Assistente III	17/9/1991
Suely de Fatima Lopes de M. Souza	Técnico Judiciário	11/12/1990

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria. Informou, ainda, que os servidores da unidade correicionada utilizam a ferramenta eletrônica WIKI-VT. Por último, destacou que a Unidade implementa diversas boas práticas operacionais, incluindo: controle por GIGS e chips automáticos; análise diária do painel geral; tratamento diário do escaninho de petições; revisão diária da tarefa "recebimento e remessa" para arquivamento rápido dos processos improcedentes; encaminhamento imediato dos processos com condenação para o setor de execução, minimizando o impacto estatístico da fase de conhecimento; designação antecipada de perícia nos processos envolvendo a ré Alpargatas com solicitações de insalubridade, periculosidade e/ou doença ocupacional, garantindo que as partes conheçam previamente a data da perícia na primeira audiência e reduzindo o lapso temporal para a elaboração do laudo.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte:Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

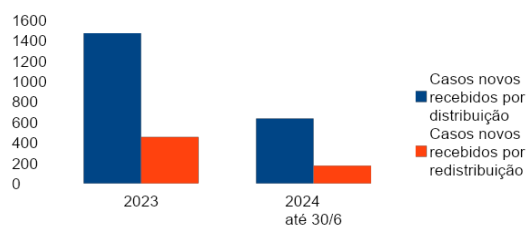
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 1ª Vara do Trabalho de Campina Grande contabilizava, em 30/6/2024, um acervo processual de 1.556 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	638
Fase de Liquidação	132
Fase de execução	676
Cartas precatórias e de ordem	13
TOTAL	1459

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2023	2024 até 30/6
Casos novos recebidos por distribuição	1469	636
Casos novos recebidos por redistribuição	454	175
TOTAL	1923	811



No período correicionado, houve registro de dois processos recebidos com sentença anulada e um processo, com sentença reformada, ambos pela instância superior, abaixo relacionados.

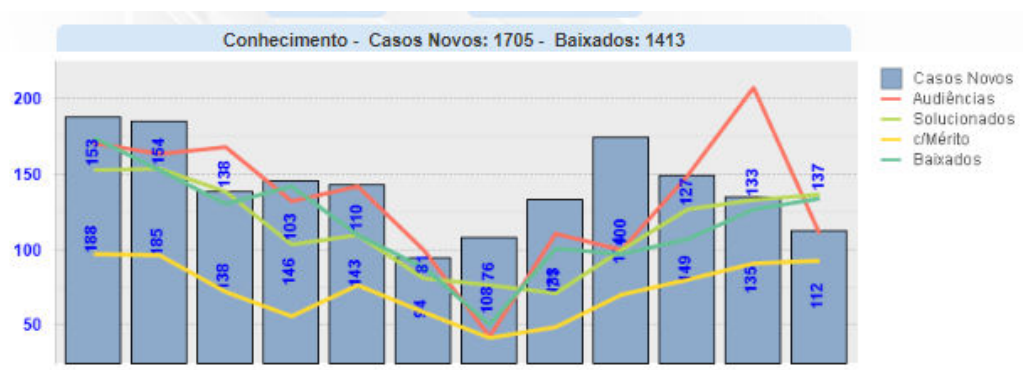
Sentenças anuladas
0000848-12.2022.5.13.0007
0000926-06.2022.5.13.0007
Sentença reformada



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000482-36.2023.5.13.0007

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (julho/23 a junho/2024).

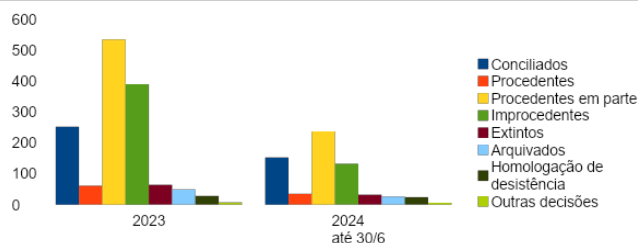


2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2023	2024 até 30/6
Conciliados	252	152
Procedentes	61	35
Procedentes em parte	534	237
Improcedentes	389	132
Extintos	64	32
Arquivados	49	26
Homologação de desistência	28	24
Outras decisões	7	6
TOTAL	1384	644



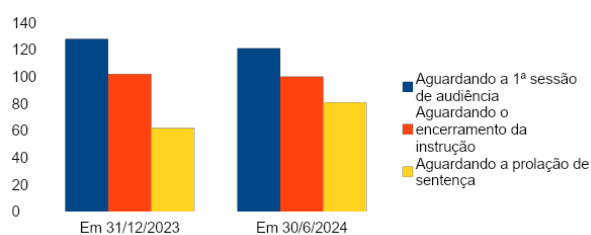
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2023	Em 30/6/2024
Aguardando a 1ª sessão de audiência	128	121
Aguardando o encerramento da instrução	102	100
Aguardando a prolação de sentença	62	81
TOTAL	292	302



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2023	2024 até 30/6	Variação (%)
Fase de conhecimento	659	638	-3,19%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Fase de liquidação	144	132	-8,33%
Fase de execução	680	676	-0,59%

Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	1	1	0	0	0
Conciliação em conhecimento	6	9	21	10	1
Conciliação em Execução	3	12	3	3	0
Una	315	345	291	257	62
Instrução	27	29	27	18	8

Conforme informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade realiza audiências de segunda a quinta-feira, e às sextas-feiras, quando necessário.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de Campina Grande (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTCG	2ª VTCG	3ª VTCG	4ª VTCG	5ª VTCG	6ª VTCG	7ª VTCG	Média (excluída a unidade correicionada)
7/23	171	175	159	165	157	152	178	164,33
8/23	164	243	190	194	168	197	236	204,66
9/23	168	191	161	144	170	169	245	180
10/23	132	137	135	161	146	133	219	155,16
11/12	142	219	170	158	166	140	221	179
12/23	100	118	80	143	132	99	157	121,5
01/24	42	51	30	137	23	68	38	57,83
02/24	111	120	91	211	90	148	142	133,66



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MÊS	1ª VTCG	2ª VTCG	3ª VTCG	4ª VTCG	5ª VTCG	6ª VTCG	7ª VTCG	Média (excluída a unidade correicionada)
7/23	171	175	159	165	157	152	178	164,33
8/23	164	243	190	194	168	197	236	204,66
9/23	168	191	161	144	170	169	245	180
03/24	100	141	194	195	128	125	91	145,66
04/24	149	201	153	306	219	200	193	212
05/24	208	228	158	183	162	163	216	185
06/24	111	146	155	187	143	129	87	141,16
TOTAL	1598	1970	1676	2184	1704	1723	2023	1879,96

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2023	2024 até 30/6
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	41	53
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	39	37
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	73	81
Da conclusão à prolação da sentença	10	20
Do ajuizamento até a prolação da sentença	81	95

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2023	2024 até 30/6
Embargos de declaração	Recebidos	203	90
	Baixados	207	88
	Pendentes	5	7
Tutela Provisórias	Recebidos	101	66
	Apreciadas	88	57
	Pendentes	2	1
	Recebidos	42	14



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Liquidação/ Execução	Baixados	35	10
	Pendentes	1	3

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/7/2023 a 30/6/2024			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	873	861	27
Recurso adesivo	61	65	3
Agravo de petição	72	58	3
Total	1006	984	33

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2023**: **73** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **96** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **84** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **30/6** é de **84** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **121** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **103** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **81** dias, para o ano base de **2023** e de **95** dias, relativo a este ano de **2024**, até **30 de junho**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2023**, foi de **431** dias, e de **537** dias, referente ao exercício atual até o dia **30 de junho**.

8. NÚMERO DE PROCESSOS NA FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

Item	2023	2024 até 30/6
Execuções pendentes	601	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Execuções iniciadas	643	344
Desarquivados	184	1
Recebidos de outros Órgãos	4	2
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	607	347
Remetidos a outros Órgãos	1	5
Processos arquivados provisoriamente	20	1

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correicionado (julho/23 a junho/2024).



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 30/6
Acordo	PJe	R\$ 5.439.153,00	R\$ 3.068.866,55
Espontâneo	PJe	R\$ 6.468.503,00	R\$ 1.181.067,14
Execução	PJe	R\$ 4.602.970,00	R\$ 3.061.185,65
TOTAL		R\$ 16.510.627,00	R\$ 7.311.119,34

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2023	2024 até 30/6
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 470.583,21	R\$ 268.714,81
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 2.817.586,75	R\$ 1.084.210,52
Imposto de renda	PJe	R\$ 287.058,31	R\$ 27.180,49



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TOTAL	R\$ 3.575.228,27	R\$ 1.382.105,82
-------	------------------	------------------

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/9/2023 a 30/6/2024		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	1229
INFOJUD	PJe	204
SIMBA	PJe	5
INFOSEG	PJe	132
RENAJUD	PJe	327
BNDT	Pendentes (PJe)	46
	Incluídos (PJe)	143

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	97,09%
Unidade Correicionada	93,16%

Meta 1/2024 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	92,03%
Unidade Correicionada	93,51%

Para efeito de controle da **Meta 1/2024**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **636** casos novos (por distribuição) e **619** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de R\$ 93,51%.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023 pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus

IPA – Índice de julgamento de processos antigos

Unidades de primeiro grau do TRT	107,38 da Meta 2
	99,86% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	107,53% da Meta
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2021

Meta 2/2024 – Identificar e julgar, até 31/12/2024, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais.

IPA – Índice de julgamento de processos antigos

Unidades de primeiro grau do TRT	107,03% da Meta 2
	99,53% dos processos distribuídos até 31/12/2022
Unidade Correicionada	107,53% da Meta 2
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2022

Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – **índice de conciliação: 40%**

Unidades de primeiro grau do TRT	87,14% da Meta 3
	34,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	53,70% da Meta 3
	21,48% de índice de conciliação

Meta 3/2024 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2021/2022, em 0,5 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – **índice de conciliação: 38%**

Unidades de primeiro grau do TRT	114,08% da Meta 3
	42,63% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	87,38% da Meta 3
	32,66% de índice de conciliação

Meta 5/2023 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 1 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidades de primeiro grau do TRT	112,88%
Unidade Correicionada	166,47%

Meta 5/2024 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

IPJ – Índice de Processos Julgados

Unidades de primeiro grau do TRT	57,11%
Unidade Correicionada	61,20%

Indicadores							
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL
2024-01	50	37	389	424	88,61	91,97	90,33
2024-02	101	69	392	411	72,19	79,50	75,75
2024-03	97	63	430	398	63,42	70,19	66,51
2024-04	107	61	428	382	54,66	62,42	58,06
2024-05	127	37	409	437	45,90	62,07	53,04
2024-06	134	73	372	413	37,65	54,85	45,09

JUÍZES

12. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO

Juiz Titular

David Servio Coqueiro dos Santos			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOPje	8/1/2024 a 27/1/2024	20
Capacitação	SAOPje	8/5/2024 a 11/5/2024	4
Férias	SAOPje	24/6/2024 a 30/6/2024	7

12.1 Juíza Substituta fixa

Rafaela Queiroz de Sá E Benevides - 23/10/2023 a 30/6/2024			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOPje	7/11/2023 a 26/11/2023	20
Licença saúde	SAOPje	19/2/2024 a 21/2/2024	3
Férias	SAOPje	7/3/2024 a 26/3/2024	20
Licença saúde	SAOPje	7/4/2024 a 10/4/2024	4



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

12.2 Audiências realizadas (1º/7/2023 a 30/6/2024) (Fonte: Hórus)

	Una	Enc. Inst/ Inq. test	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Fernando Luiz Duarte Barboza julho a out de 2023	219	-	21	-	8	26	274
Rafaela Q. de Sá E Benevides out/23 a junho/24	367	2	35	-	15	6	425
Adriana Lemes F. M. Coutinho	-	-	1	-	-	-	1
Mariana Petit Horácio de Brito	-	-	-	-	-	1	1
David Servio C. dos Santos	688	-	52	-	60	51	851

12.3 Incidentes julgados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação Execução	Total
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides out/23 a junho/24	34	35	5	74
Larissa Leonia B.de Andrade Albuquerque	2	1	-	3
Mariana Petit Horácio de Brito	2	-	1	3
Adriano Mesquita Dantas	-	10	-	10
Fernando Luiz Duarte Barboza julho a out de 2023		18	5	85
Adriana Lemes Fernandes Maracaja Coutinho	2	-	-	2
David Servio Coqueiro dos Santos	102	57	13	172

13. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Adriana Lemes F. Maracaja Coutinho	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Adriano Mesquita Dantas	18	-	-	-	-	-	-	1	19
David Servio C. dos Santos	155	17	306	168	3	29	33	20	731
Fernando Luiz Duarte Barboza julho a out de 2023	37	2	108	90	3	10	7	4	261
Rafaela Q.de Sa E Benevides out/23 a junho/24	83	28	86	64	1	17	17	21	317

No período correccionado, o Juiz titular laborou 297 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,45 processos/dia. A Juíza substituta no período de outubro de 2023 a junho do corrente ano laborou 165 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,92 processo/dia. O então Juiz substituto, Fernando Luiz Duarte Barboza, no período de julho a outubro de 2023, laborou 123 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 2,12 processos/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

13.2 Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	659
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	598
Homologação da Transação Extrajudicial	80
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	15
Embargos de Terceiro Cível	10
Consignação em Pagamento	9
Ação Civil Pública Cível	3
Petição	2
Ação de Cumprimento	2
Produção Antecipada da Prova	2
Alvará Judicial - Lei 6858/80	1
Ação Civil Coletiva	1
Mandado de Segurança Coletivo	1

14. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
David Servio Coqueiro dos Santos	312	96,89%
Fernando Luiz Duarte Barboza - julho a out de 2023	149	99,33%
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides - out/23 a junho/24	104	92,86%

15. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrados	Total
Adriana Lemes Fernandes Maracaja Coutinho	1
Adriano Mesquita Dantas	19
David Servio Coqueiro dos Santos	720
Fernando Luiz Duarte Barboza	261
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	316

15.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 14 dias

Magistrado	Dias
David Servio Coqueiro dos Santos	13
Fernando Luiz Duarte Barboza	6



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Rafaela Queiroz de Sá E Benevides

25

16. DO OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2023 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório em novembro de 2023, tendo o Juiz titular da unidade correicionada enviado resposta no dia 1º de dezembro, destacando que a Unidade tem consistentemente implementado as medidas recomendadas para alcançar as Metas do CNJ, com especial foco em julgar um número superior de processos na fase de conhecimento em relação aos distribuídos. No entanto, diversos obstáculos têm retardado o cumprimento dessa meta, como a necessidade frequente de determinar emendas à inicial e os adiamentos naturais, que prolongam o desfecho dos processos. A Unidade tem adotado iniciativas para reduzir e manter controle sobre o fluxo processual, aplicando um rigoroso acompanhamento de prazos, incluindo a rápida apreciação de petições e o pagamento de RPV. Os pagamentos e recolhimentos são regularmente lançados e os servidores são orientados a controlar os acordos utilizando o GIGS, com um prazo de 5 a 10 dias úteis após a data designada para pagamento, permitindo que a parte credora identifique qualquer eventual descumprimento, conforme registrado na ata de audiência ou na sentença de homologação de transação extrajudicial. Dessa forma, todas as parcelas do acordo seguem essa regra, e seus registros de pagamento são efetuados após o prazo mencionado. As sentenças são predominantemente proferidas de forma líquida. Contudo, ocasionalmente, a liquidação não é possível no momento da prolação da sentença devido à ausência de documentos necessários, como fichas financeiras ou escalas. Diariamente, a Unidade se dedica às seguintes atividades nas tarefas: minuta de despachos, decisões e sentenças, cumprimento de providências, comunicação e expedição de documentos, prazos vencidos, análises, relatando que há servidores que enfrentam dificuldades pessoais afetando sua capacidade de atuar de forma



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

dinâmica, além dos casos de afastamentos legais, como férias ou licenças, que exigem a intervenção da gestão para mitigar atrasos, otimizar e redistribuir as tarefas mais atrasadas entre os demais servidores. A Unidade reforça seu compromisso em realizar revisões constantes dos processos em execução para garantir que reflitam de maneira precisa a situação perante o Banco Nacional dos Devedores Trabalhistas - BNDT e em relação ao SISBAJUD, reitera-se o compromisso de manter constantemente atualizada a revisão do referido sistema, com o objetivo de evitar execuções excessivas e prejuízos aos executados.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

17. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre julho de 2023 e junho de 2024 - 12 meses:

Movimentação	Valor total
Outros beneficiários	R\$ 589.335,91
Pagamento ao advogado	R\$ 14.691,56
Pagamento em favor de perito	R\$ 973,83
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 509.631,67
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 100.331,40
Recolhimento de contribuições previdenciárias	R\$ 13.679,96
Recolhimento de custas processuais	R\$ 561,71
Valor transferido para Justiça Comum	R\$ 10.513,52
Valor transferido para outro processo trabalhista de outra Vara do Trabalho	R\$ 632.249,71



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Valor transferido para processos trabalhistas de outros TRT's	R\$ 27.605,15
Total	R\$ 1.919.237,55

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 004/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários.

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

18. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR nº 110/2023 destaca a importância de registrar, na ata de correição, a participação em cursos por parte de magistrados e servidores. Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024), no exercício anterior, registra-se a participação do Juiz titular, David Sérvio Coqueiro dos Santos, da Juíza substituta, Rafaela Queiroz de Sá e Benevides e do Juiz substituto, Fernando Luiz Duarte Barbosa, em cursos de formação continuada, com duração mínima de 30 horas-aula por semestre, conforme estipulado no artigo 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011. Registra-se, ainda, a participação dos Juízes, Rafaela Queiroz de Sá e Benevides e Fernando Luiz Duarte Barboza, em curso voltado para conciliação, mediação e efetividade da execução no exercício anterior, tanto na parte teórica quanto na prática.

Magistrados	Descrição - 1º e 2º semestres
DAVID SÉRVIO COQUEIRO DOS SANTOS	Programa de Formação de Lideranças - Femininas Empodera TRT13 - PROAD 2021/2023 - 8/março - 4 h/a Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023 - Presencial - 15h30 h/a
RAFAELA QUEIROZ DE SÁ E BENEVIDES	Curso de Conciliação e Mediação (parte teórica) - 14/4 a 26/05/23 - Proad 8750/23 Curso de Conciliação e Mediação (parte prática) - 25/8 a 18/10/23 - Proad 8750/23 Palestra "Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo: conhecer para enfrentar" - PROAD 6612/2023 - 26/07 - 3h/a e 30 minutos Seminário Internacional Trabalho Decente: Proposições para a construção de uma agenda de S Infância e Erradicação do Trabalho Infantil Ministrante – Formação inicial dos servidores recém-empoados do TRT13 – Trabalho seguro Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023 - Presencial - 15h30 h/a Palestras "Questões Polêmicas na jurisprudência recente sobre indenizações por acidente de trabalho e doenças ocupacionais" e "O trabalhador não é invisível. Todo acidente de trabalho deve ser notificado" – 06/11/2023 – 4h/a
FERNANDO LUIZ DUARTE BARBOZA	Programa de Formação de Lideranças - Femininas Empodera TRT13 - Proad 2021/2023 8/março - 4 h/a Teoria da interpretação: Por Trás das Decisões Judiciais - Turma 1/2023 - 08/05 a 19/6- PROAD 4488/23 Reciclagem dos Conciliadores: Conciliar e Mediar na Justiça do Trabalho (autoinstrucional)- PROAD 1787/2023 - 6/MARÇO A 24/ABRIL - 40 h/a Aumentando a produtividade com as ferramentas Google (autoinstrucional) - PROAD 3633/2023 - 10 A 24/ABRIL - 10 H/A Fluxo e Análise dos Recursos pré-remessa à instância superior (PJe X e-Gestão) - PROAD 1739/2023 - 24/MARÇO - 2 h/a Refletindo as responsabilidades frente a LGPD - Turma 1/2023 - (autoinstrucional) - PROAD 2607/2023 - 10/ABRIL A 2/MAIO - 15 h/a Curso de Formação Continuada sobre Sistemas para Pesquisa de Bens e Pessoas - 10/07 a 23/08 - 30 h/a Encontro Institucional: A Nova Ordem Constitucional Trabalhista, a Cultura da Paz e os Precedentes Judiciais - 13 a 15/09/2023 - Presencial - 15j30 h/a Seminário Internacional Trabalho Plataformizado e a Preservação do Humanismo na Sociedade Digital - 05 e 06/set



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Conforme informações fornecidas pela EJUD (PROAD Nº 2291/2024) e SEGEPE (PROAD 2292/2024), os servidores lotados na Unidade correicionada abaixo relacionados estiveram presentes em capacitações durante o exercício anterior.

Servidores	Descrição - 2023
ANDERSON MENDONCA DA COSTA BRITO	TRT - OTIMIZANDO O TRABALHO COM A EXTENSÃO +PJE E AVJT / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL
ERLI BANDEIRA DE SOUSA	TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO /MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA: TEORIA E PRÁTICA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EVENTO NA MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - PALESTRA - O IMPACTO DAS RECENTES DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO NAS RELAÇÕES LABORATIVAS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO DO TRABALHO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
GERMANA COUTINHO LUCENA	TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO /MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - OTIMIZANDO O TRABALHO COM A EXTENSÃO +PJE E AVJT / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL
GRACE KELLY DA MOTA BEZERRA	TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / MODALIDADE TELEPRESENCIAL
MARIA DAS NEVES HONORATO FERREIRA	TRT - AS SEIS COMPETÊNCIAS DO NEGOCIADOR DE EXCELÊNCIA - TURMA CAMPINA GRANDE-PB TRT - PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA - PPA - EDIÇÃO 2023 / SEGEPE DO TRT 13a REGIAO TRT - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS FEMININAS EMPODERA TRT 13 - CAMPINA GRANDE - PB / TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13a REGIÃO TRT - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO DO TRABALHO - PALESTRA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - ESTRESSE, QUALIDADE DE VIDA, SOFRIMENTO MENTAL E PREVENÇÃO AO SUICIDIO - OFICINA EM CAMPINA GRANDE-PB /CSAUDE EM PARCERIA COM A E JUD 13a REGIÃO
MARLEIDE RODRIGUES DE SOUZA	TRT - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS FEMININAS EMPODERA TRT 13 - CAMPINA GRANDE - PB / TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13a REGIÃO TRT - REVITALIZA TRT-13 - FÓRUM DE CAMPINA GRANDE /SEGEPE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

RAUL CAVALCANTE SILVA	TRT - BEM ESTAR E RELACIONAMENTOS NO TRABALHO A PARTIR DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (CNV) - TURMA 2 /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA: TEORIA E PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO / EVENTO NA MODALIDADE TELEPRESENCIAL. TRT - QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: FELICIDADE, ENGAJAMENTO, SATISFAÇÃO E BEM-ESTAR / ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA /CURSO IN COMPANY TRT - OTIMIZANDO O TRABALHO COM A EXTENSÃO +PJE E AVJT / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO - MODALIDADE TELEPRESENCIAL TRT - OFICINAS DE CAPACITAÇÃO DOS GESTORES DA INSTITUIÇÃO SOBRE SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO, ESPECIFICAMENTE SOBRE OS TEMAS BURNOUT, ANSIEDADE E DEPRESSÃO /EJUD 13 EM PARCERIA COM A CSAUDE TRT - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO DO TRABALHO - PALESTRA /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO TRT - CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO /MODALIDADE TELEPRESENCIAL
SANTACI TEIXEIRA BARBOSA	TRT - AS SEIS COMPETÊNCIAS DO NEGOCIADOR DE EXCELÊNCIA - TURMA CAMPINA GRANDE-PB TRT - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS FEMININAS EMPODERA TRT 13 - CAMPINA GRANDE - PB / TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
SUELY DE FÁTIMA L. DE MENEZES SOUZA	TRT - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS FEMININAS EMPODERA TRT 13 - CAMPINA GRANDE - PB / TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO TRT - REVITALIZA TRT-13 - FÓRUM DE CAMPINA GRANDE /SEGEPE

19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados 54 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 110/2023, havendo a prolação de 10 despachos correicionais no PJe.

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 10 (dez) dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

20. RECOMENDAÇÕES

20.1 Recomendações gerais



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- a) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução, em conformidade com o Ato TRT SCR nº 110/2023;
- b) analisar a possibilidade de aderir à boa prática de inclusão, em pautas de audiências de conciliação do que conclusão para sentença/decisão em ação de Homologação da Transação Extrajudicial (0000409-30.2024.5.13.0007), nas ações nos processos em que há pedido para a homologação de transação firmada entre as partes, ou quando houver pedido de parcelamento da execução (0001399-55.2023.5.13.0007), a fim de possibilitar a remessa do processo para o “Controle de Acordo”, gerando automaticamente a movimentação de sobrestamento;
- c) orientar a equipe, quando da primeira citação da reclamada no processo, a fazer uso do Tipo de Expediente “notificação inicial” a fim de permitir a citação da empresa por meio do DOMICÍLIO ELETRÔNICO;
- d) otimizar os serviços cartoriais com a utilização dos atos ordinatórios elencados no art. 12 da Consolidação dos Provimentos deste Regional;
- e) orientar a equipe a observar o disposto no caput do artigo 179 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, utilizando-se dos GIGs para monitoramento tanto na ação principal como na provisória, a fim de evitar o ocorrido nos processos ATOOrd 0000401-24.2022.5.13.0007 e CumPrSe 0000665-07.2023.5.13.0007, atentando à Secretaria, inclusive, para a conversão da execução provisória em definitiva, com observância para o registro do lançamento específico no PJe;
- f) evitar o início de atos executórios quando o processo ainda se encontra na fase de liquidação, como constatado no processo 0001005-48.2023.5.13.0007, procedendo à regularização do fluxo processual adequado;
- g) evitar a prática de constrição de bens do executado, inclusive bloqueio e penhora *on line*, sem a devida conclusão para decisão específica no PJe -



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

BACEN / BNDT / SIGILO FISCAL / INDISPONIBILIDADE DE BENS, como ocorrido no processo 0000345-54.2023.5.13.0007;

h) nos termos do art. 133, III, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, acompanhar, regularmente, o relatório constante no SISBAJUD relativo aos bloqueios efetivados com desdobramentos pendentes, evitando atraso das providências em casos de bloqueios de quantias, como ocorrido no processo 0000519-63.2023.5.13.0007 em que houve um primeiro bloqueio no valor de R\$ 4.898,00 no dia 18/03/2024 e a intimação à parte reclamada só ocorreu no dia 17/04/2024 após o encerramento da “Teimosinha”;

i) orientar a equipe a observar o transcurso do prazo previsto no art. 883-A da CLT, observando que a inclusão, a alteração e a exclusão de dados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser precedidas de decisão judicial expressa, atentando especialmente para o § 1º- B do art. 1º do ATO nº 317/GP;

j) proceder à análise dos autos com pagamento por ente público, fazendo conclusão aos magistrados, evitando o ocorrido no processo 0000340-32.2023.5.13.0007, em que houve a liberação de valores sem determinação judicial nesse sentido e consequente alimentação dessa informação no sistema GPREC;

k) orientar a equipe a observar a correta conclusão no PJe - “Decisão Sobrestamento/Suspensão”, com o preenchimento do complemento adequado a cada situação, em cumprimento ao disposto na Recomendação TRT13 SCR nº 007/2022, evitando-se o por meio de despacho, como ocorrido no processo 0000235-55.2023.5.13.0007;

l) velar, sob pena de responsabilidade, pelos registros dos valores pagos ou recolhidos pelas partes, principalmente no que diz respeito às custas processuais e depósitos recursais (ex: 0001194-26.2023.5.13.0007), inclusive, via apólice de seguro, quando da remessa ao 2º grau, devendo, ainda, atentar



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

para os pagamentos/recolhimentos efetuados nas instâncias superiores, nos termos do art. 47 do Provimento Consolidado deste Regional;

m) observar o estabelecido no art. 7º da Resolução Administrativa 303/2019 do CNJ quando da expedição de ofícios precatórios, que devem ser expedidos individualmente por beneficiário;

n) incentivar os servidores a participarem de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional;

o) orientar a equipe a manter o saneamento dos processos arquivados com saldos em contas judiciais, atentando especialmente para o devido registro no Sistema Garimpo de todas as contas movimentadas;

p) incentivar a equipe a boa prática de fazer uso do PJe Gestão, startup deste Regional que possibilita a reunião de diversos relatórios na tela inicial do sistema PJe.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora destaca que a 1ª Vara do Trabalho de Campina Grande está empenhada em aprimorar a entrega da justiça, buscando alcançar os padrões de eficiência já estabelecidos por outras unidades judiciárias de porte semelhante.

Registra, com satisfação, o cumprimento da Meta 2/2023 (107,53) e que vem apresentando o mesmo índice neste exercício na meta parcial, de janeiro a junho, pelo que parabeniza os servidores e magistrados pelo trabalho desempenhado.

Chama a atenção para o tempo médio de duração do processo na fase de execução da Unidade correicionada que aumentou de 431 dias no ano de 2023 para 537 dias neste exercício de 2024 (janeiro a junho). Dessa forma, recomenda a Corregedoria Regional que a unidade correicionada observe os termos da Recomendação TRT13 SCR Nº 003/2021, procedendo-se à inclusão periódica de processos na fase de execução em pauta para realização de audiências de conciliação, com o objetivo de reduzir o tempo médio de duração



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

do processo nessa fase, para que ao final deste exercício, seja cumprida a Meta 5/2024, atualmente com o índice de 61,20%, alcançada no exercício anterior que apresentou o índice de 166,47%

De igual modo, a Corregedora registra que o índice de conciliação alcançado neste exercício, exatamente de janeiro até junho (32,66%), encontra-se abaixo da média do Regional, pelo que incentiva a adoção de medidas mais efetivas voltadas à pacificação dos conflitos, para que, ao final deste ano, a Unidade alcance a Meta 3 do CNJ que ora se apresenta na ordem de 87,38%, não alcançada no exercício anterior (53,70%).

Necessário se faz registrar, com satisfação, a participação da Juíza substituta, Rafaela Queiroz de Sá e Benevides e do então Juiz substituto, Fernando Luiz Duarte Barboza, quando esteve atuando na Vara sob correição, no ano base 2023, em cursos voltados à conciliação, mediação e à efetivação da execução, como também em cursos de formação continuada. Ressalta-se, portanto, a importância da participação do magistrado titular e servidores em capacitações específicas voltadas para a efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução, consoante o Ato TRT SCR nº 110/2023.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Ozanete Gondim Guedes Pereira, secretária da Corregedoria, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 10 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações, consoante art. 7º do Ato TRT SCR nº 110/2023. A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

HERMINEGILDA LEITE MACHADO
Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS EM CORREIÇÃO

0000159-31.2023.5.13.0007	0000013-53.2024.5.13.0007
0001376-12.2023.5.13.0007	0000314-97.2024.5.13.0007
0000514-07.2024.5.13.0007	0000418-89.2024.5.13.0007
0000409-30.2024.5.13.0007	0000210-08.2024.5.13.0007
0000242-13.2024.5.13.0007	0000255-46.2023.5.13.0007
0001409-02.2023.5.13.0007	0000834-91.2023.5.13.0007
0000257-79.2024.5.13.0007	0000266-41.2024.5.13.0007
0001142-30.2023.5.13.0007	0000360-86.2024.5.13.0007
0000575-62.2024.5.13.0007	0000255-46.2023.5.13.0007
0000458-08.2023.5.13.0007	0000315-68.2023.5.13.0023
0000325-75.2024.5.13.0024	0001399-55.2023.5.13.0007
0000475-44.2023.5.13.0007	0000590-25.2024.5.13.0009
0000328-81.2024.5.13.0007	0000475-59.2024.5.13.0023
0000340-32.2023.5.13.0007	0000620-66.2024.5.13.0007
0000311-45.2024.5.13.0007	0000342-02.2023.5.13.0007
0000672-62.2024.5.13.0007	0001227-16.2023.5.13.0007

VISTOS EM CORREIÇÃO COM RECOMENDAÇÃO EM ATA

0001005-48.2023.5.13.0007	0000087-10.2024.5.13.0007
001488-78.2023.5.13.0007	0001189-04.2023.5.13.0007



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000007-46.2024.5.13.0007	0000235-55.2023.5.13.0007
0000080-18.2024.5.13.0007	0000556-72.2024.5.13.0034
0000345-54.2023.5.13.0007	0000581-69.2024.5.13.0007
	0000370-79.2024.5.13.0024

DESPACHOS CORREICIONAIS

0001194-26.2023.5.13.0007	0001353-66.2023.5.13.0007
0000519-63.2023.5.13.0007	0001215-02.2023.5.13.0007
0000356-49.2024.5.13.0007	0000665-07.2023.5.13.0007
0000082-85.2024.5.13.0007	0000401-24.2022.5.13.0007
0001009-85.2023.5.13.0007	0000636-54.2023.5.13.0007